

Após ataque hacker, ministério garante que dados de brasileiros vacinados foram recuperados com sucesso. Governo federal deve editar portaria com regras para entrada de viajantes no país, em cumprimento à determinação do Supremo Tribunal Federal

# Saúde: dados estão preservados

» RAPHAEL FELICE

O Ministério da Saúde informou, na tarde de ontem, que concluiu a análise dos sistemas afetados pelo **ciberataque**, ocorrido na sexta-feira (10), e recuperou os dados de milhões de brasileiros vacinados contra a covid-19, “sem perda de informações”.

“Ministério da Saúde informa que o processo para recuperação dos registros dos brasileiros vacinados contra a covid-19 foi finalizado, “sem perda de informações”. Todos os dados foram recuperados com sucesso. No momento, a pasta trabalha para restabelecer o mais rápido possível os sistemas para registro e emissão dos certificados de vacinação”, disse o comunicado.

O governo federal também anunciou que editará, “o mais rápido possível”, uma portaria para pôr em prática as alterações exigidas pelo ministro Luís Roberto

## Diferença

Hackers utilizam seus conhecimentos para melhorar sistemas e encontrar brechas de segurança para que elas possam ser corrigidas, sem a intenção de prejudicar terceiros. Enquanto isso, os crackers agem de forma diferente. São vistos como cibercriminosos, já que utilizam seu conhecimento de forma ilegal.

Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), a respeito de regras para a cobrança do passaporte vacinal para a entrada de viajantes vindos do exterior nos aeroportos brasileiros.

O comunicado foi feito após uma reunião de técnicos de sete órgãos federais, realizada ontem. Via assessoria, a Casa Civil ainda não informou uma

previsão de data dessa portaria.

Além da Casa Civil, participaram da reunião técnicos dos ministérios da Saúde, da Justiça e da Infraestrutura; da Advocacia Geral da União (AGU), do Itamaraty e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O encontro foi realizado no Palácio do Planalto e não contou com a presença de ministros.

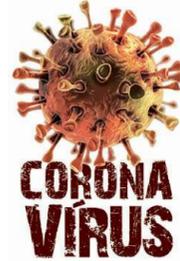
Na tarde de sábado, por meio de uma liminar, Barroso determinou a apresentação do passaporte vacinal para todo viajante que aterrisar em solo nacional. Segundo o ministro, o Brasil poderia se tornar um destino de “turismo antivacina”. Na véspera, o Ministério da Saúde tinha adiado do dia 11 para 18 deste mês o início da cobrança da quarentena de cinco dias para viajantes que chegassem ao país sem comprovante de vacinação contra a covid-19, devido ao ataque hacker nos sistemas da pasta.

A invasão do banco de dados da Saúde afetou vários serviços

do órgão, inclusive, o Conecte-SUS, aplicativo que, entre outras funções, é utilizado para emitir Certificado Nacional de Vacinação contra a covid-19 e a Carteira Nacional de Vacinação Digital. Além desses serviços, o sistema que informa o número de vacinados no país também continua fora do ar. A pasta prevê que a normalização dos serviços ocorra ao longo desta semana.

O ataque e o sequestro dos dados da Saúde quase causou uma maior permissividade para a entrada de turistas em solo brasileiro não fosse a decisão do STF. “O ingresso diário de milhares de viajantes no país, a aproximação das festas de fim de ano, de eventos pré-carnaval e do próprio carnaval, aptos a atrair grande quantitativo de turistas,

e a ameaça de se promover um ‘turismo antivacina’, dada a imprecisão das normas que exigem sua comprovação, configuram inequívoco risco iminente”, disse Barroso na decisão.



## Riscos

Os sistemas do Ministério da Saúde foram invadidos pelo grupo cracker Lapsus, que assumiu autoria do ataque. Segundo investigação da Polícia Federal, pelo menos outros 21 órgãos da administração pública foram atacados pelos cibercriminosos, entre eles, o Ministério da Economia. O site da Escola Virtual, um ambiente de cursos a distância ligado à pasta chefiada pelo ministro Paulo Guedes, também foi invadido durante a sexta-feira e deixou uma mensagem na página de entrada com xingamentos

ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

Apesar de a Saúde ter recuperado a base de dados dos cidadãos brasileiros, isso não significa que o problema foi resolvido. Segundo Luiz Augusto D’Urso, presidente da Comissão Brasileira de Cibercrimes da Associação Brasileira de Advogados Criminalistas (Abracrim), os ataques indicam fragilidade na segurança cibernética brasileira.

“A avaliação de um ataque cibernético dessa proporção prova que o Brasil depende de um enorme investimento em cibersegurança e uma mudança de cultura que gastos preventivos nessa área são realmente necessários”, disse o especialista. “Se o criminoso fez uma cópia desses dados subtraídos, o dano é com certeza irreversível. Esse banco de dados pode cair na mão de criminosos e o prejuízo nesse caso é imensurável. Em época de IOT [Internet das Coisas] e mundo conectado, os dados são o petróleo dos tempos modernos”, complementou.

## Medidas ideais

Para os especialistas, as recomendações ideais que o país deveria tomar:



Quarentena obrigatória com intensa fiscalização dos órgãos federais



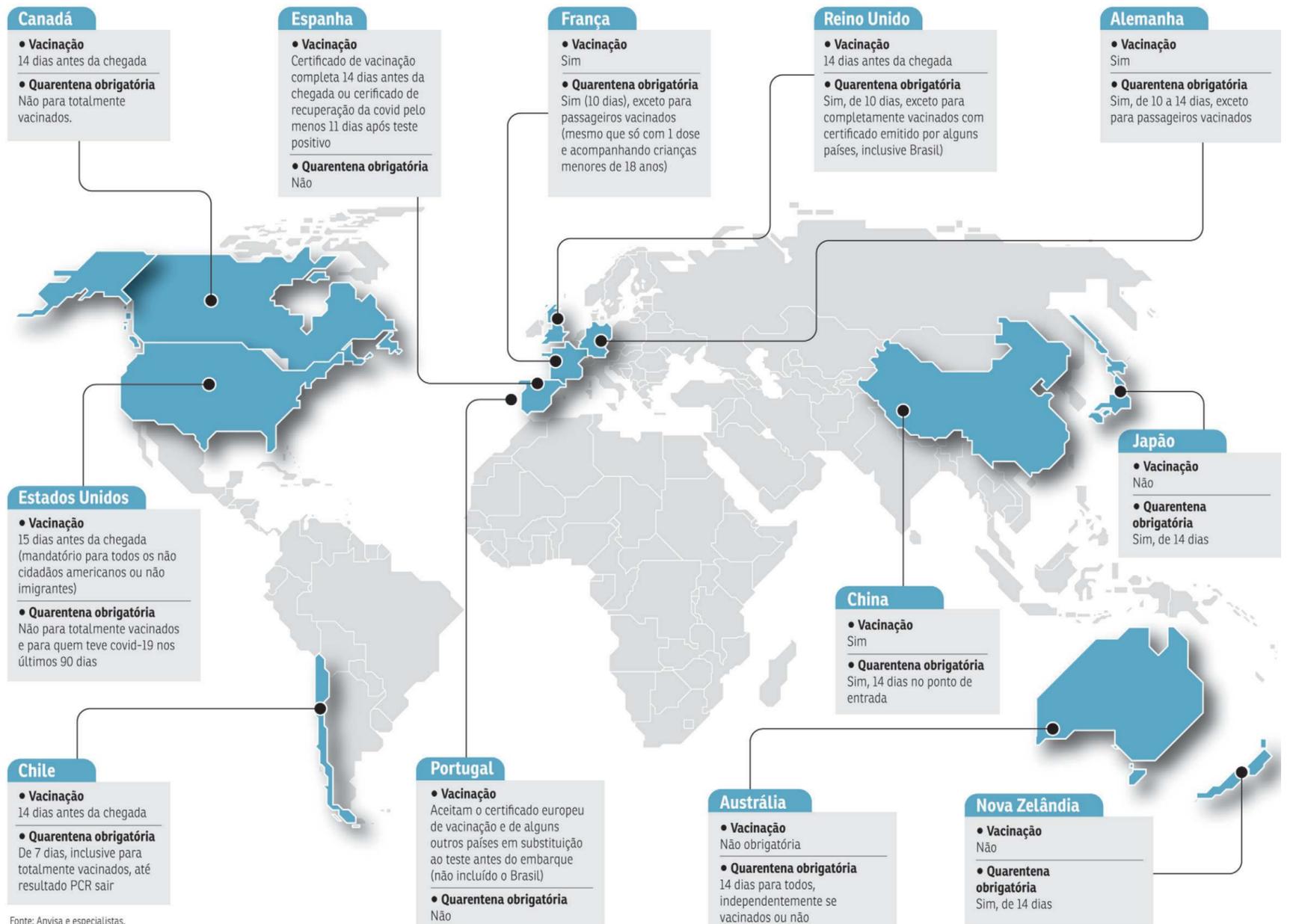
Testagem antes do embarque



Passaporte de vacinação

## Comparativo

A exigência de passaporte vacinal e de quarentena obrigatória ocorre em vários países. Veja alguns exemplos, conforme dados da Anvisa:



## Polêmica em torno do passaporte vacinal

» GABRIELA CHABALGOITY\*

A exigência do passaporte vacinal de viajantes internacionais está no centro das discussões sobre a covid-19 no país. Mas essa é apenas uma das medidas recomendadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e por especialistas.

A obrigatoriedade da exigência desse certificado foi determinada por liminar do ministro

Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), no fim de semana, na tentativa de conter a nova variante ômicron. Enquanto isso, a decisão do governo brasileiro de querer adotar quarentena de apenas cinco dias aos não vacinados vai na contramão do que está sendo imposto por diversos países.

No Chile, por exemplo, é necessário comprovante de que o passageiro se vacinou ao menos

14 dias antes de embarcar, além de quarentena de sete dias, inclusive para totalmente vacinados, até o resultado do PCR sair.

Para o infectologista Werciley Saraiva, a junção do passaporte vacinal com o PCR negativo realizado antes de embarcar é a combinação ideal para garantir a segurança dos brasileiros contra novas variantes da covid-19. “Se a pessoa está vacinada, ou seja, com menos chances de ser um caso grave, e com o PCR negativo, eu evito que ela traga a doença para o país. Essa é a maneira ideal das coisas funcionarem”, disse.

Para especialistas, o passaporte vacinal é importante, mas é necessário um conjunto de

medidas que sejam fiscalizadas pelas autoridades federais. O infectologista Hemerson Luz acredita que a vacinação é um dos pilares principais, bem como o isolamento de casos suspeitos, ainda mais com o advento da variante ômicron, que tem mais transmissibilidade. Para ele, exigir passaporte vacinal é uma medida que contribuiria ainda mais no enfrentamento da pandemia. “A quarentena vai ajudar, associada a um exame PCR negativo”, garantiu.

O incentivo à vacinação é outro ponto citado pelos especialistas. De acordo com eles, as ondas que estão acontecendo em países associados à variante ômicron se

caracterizam por baixa adesão da vacinação. “Certamente, esse conjunto de fatores deve ser encarado como uma estratégia com diversas medidas, incluindo a cobertura vacinal. quanto maior, melhor será”, disse Luz.

A fiscalização do cumprimento dessas medidas, no entanto, é essencial, segundo especialistas. O infectologista do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF), Julival Ribeiro, criticou a falta de informações sobre a quarentena de cinco dias. Ele concorda com os outros especialistas de que o Brasil precisa de um conjunto de ações para conter o vírus. “É necessário exigir o passaporte da vacina e

um PCR negativo até, no máximo, 48 horas antes da viagem. Esse é o ideal”, garantiu o especialista.

Ainda na visão de Ribeiro, a atitude de exigir comprovante de vacinação para eventos, restaurantes e bares, que alguns estados brasileiros tomaram, também é fundamental para evitar um novo surto da doença. “É uma medida sanitária válida, porque neste momento temos que pensar na coletividade e não na individualidade. Portanto, a vacina, associada a outras medidas, deve ser exigida em locais aglomerados como estes”, afirmou.

\*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel